



Uma “malfadada contenda”: o debate referente à Guerra da Cisplatina entre os parlamentares brasileiros (1825-1827)

“A Doomed Contention”: Parliamentary Debates on the Cisplatine War in Brazil (1825–1827)”

Una “desdichada contienda”: el debate en torno a la Guerra de la Cisplatina entre los parlamentarios brasileños (1825-1827)

Luan Mendes de Medeiros Siqueira

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é professor da Educação Básica da Rede Municipal de Pirai/RJ

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo central realizar uma discussão das interpretações dos parlamentares brasileiros sobre a atuação do Império durante o conflito cisplatino. O debate a respeito da guerra foi marcado pelas divergências entre alguns deputados e senadores, relacionados aos gastos militares, recrutamento, bloqueio naval e à conduta dos diplomatas imperiais no andamento das negociações. É importante destacar que o referido conflito ocorreu pouco tempo após os processos de in-

dependência do Brasil e das Províncias Unidas do Rio da Prata. Tratava-se de Estados que estavam em processo de construção, marcados por fortes disputas políticas, onde a guerra refletiu na política interna desses governos. Diante desse contexto, as discussões parlamentares assumiram um papel importante para o direcionamento da política externa brasileira na etapa inicial da guerra.

Palavras-chave: Parlamento; Império do Brasil; Guerra da Cisplatina

ABSTRACT

The present article aims to discuss the interpretations of Brazilian parliamentarians regarding the actions of the Empire during the Cisplatine conflict. The debate related to the war was marked by divergences among some deputies and senators, related to military expenses, recruiting, navy block and the conduct of imperial diplomats during negotiations. It is important to highlight that the referred conflict occurred shortly after Brazil and United Provinces of the Río de la Plata independence process. These were states in the process of construction, marked by fierce political disputes, and the war impacted their domestic politics. In this context, parliamentary discussions played an important role directing Brazilian foreign policy in the early stages of the war.

Keywords: *Parliament; Empire of Brazil; War of Cisplatina*

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo central realizar una discusión sobre las interpretaciones de los parlamentarios brasileños acerca de la actuación del Imperio durante el conflicto cisplatino. El debate en torno a la guerra se vio caracterizado por las divergencias entre determinados diputados y senadores, particularmente en lo relativo a los gastos militares, el reclutamiento, el bloqueo naval y la conducta de los diplomáticos del Imperio en el transcurso de las negociaciones. Cabe destacar que dicho conflicto se desarrolló en un momento inmediatamente posterior a los procesos de independencia de Brasil y de las Provincias Unidas del Río de la Plata. Se trataba de Estados en vías de conformación institucional, atravesados por profundas disputas de carácter político, en los cuales la contienda bélica incidió de manera decisiva en la configuración de sus dinámicas de política interna. En este contexto, los debates parlamentarios incidieron de manera significativa en la definición de la política exterior brasileña durante la fase inicial del conflicto.

Palabras clave: *Parlamento; Imperio de Brasil; Guerra de la Cisplatina.*

INTRODUÇÃO

Uma “malfadada contenda” foi o termo utilizado pelo visconde de Inhambupe para se referir ao conflito cisplatino em uma das sessões da Câmara dos Deputados. A opinião do parlamentar brasileiro, como será visto mais adiante, já refletia os desafios que o Império enfrentava logo nos primeiros anos de contenda. A opção pela guerra foi vista sob diferentes perspectivas por cada um dos governos em suas políticas internas. Tratava-se de Estados que estavam em processo de organização do poder, atravessando instabilidades políticas e até mesmo com poucos recursos militares para entrar em um conflito.

Mesmo diante dessas circunstâncias, ambos os governos preferiram a opção bélica. No caso do Estado brasileiro, assuntos de tamanha magnitude como uma guerra, antes de terem o parecer decidido, eram discutidos por uma das principais instâncias do período imperial, o Conselho de Estado, um órgão de caráter consultivo, criado pelo monarca D. Pedro I, cujos membros integrantes eram nomeados pelo próprio imperador (MARTINS, 2006, p. 179). No período anterior e durante o conflito, não foram encontradas discussões dos conselheiros referentes à contenda ou sobre a redação da Declaração de Guerra, expedida em dezembro de 1825.

Somente na fase final da guerra, os notáveis discutiram questões relacionadas ao conflito, dentre elas o acordo de paz.

Já o Parlamento Brasileiro se pronunciou sobre a guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata. Em um primeiro momento, a referida instância apoiou o conflito contra as Províncias Unidas, pois entendia que Buenos Aires representava uma ameaça à província Cisplatina. Logo nos primeiros meses após o início da guerra, na abertura da primeira legislatura, em 1826, verificou-se, nas reuniões parlamentares, um apoio unânime à guerra.¹ Não houve discursos contrários ao conflito (CERVO, 1981, p. 33). O cenário político entre os parlamentares era potencializado para os esforços de uma guerra contra o governo de Buenos Aires, que representava uma ameaça aos interesses comerciais e de navegação ao Império na região platina.

Não bastassem os conflitos políticos internos, o governo brasileiro já teria mais um desafio: uma guerra numa histórica região marcada por constantes conflitos. É verdade que a contenda cisplatina tem suas origens também nas lógicas geopolíticas coloniais, portuguesa e espanhola (DORATIOTO, 2014, p. 21). No entanto, aspectos importantes como a própria questão da navegação nos rios platinos fizeram com que os dois governos beligerantes enxergassem esses elementos na construção de seus Estados. Por isso, o Parlamento, nesse período, foi um lugar de discussões e auxílio ao serviço diplomático imperial.

O CONFLITO CISPLATINO EM PAUTA

No discurso de início dos trabalhos da Assembleia Legislativa do Império do Brasil, o Imperador D. Pedro I, em seu pronunciamento, na *Fala do Trono*, declarou

que a província Cisplatina se encontrava naquele estado por conta daqueles que se “achavam apoiados pelo governo de Buenos Aires” (ACD, 09/05/1826, p. 6). Após o discurso do monarca, as discussões foram iniciadas, podendo ser destacada, por exemplo, a opinião do deputado Raimundo José da Cunha Mattos, da província de Goiás. De acordo com Mattos:

Eu estou persuadido de que nós devemos responder a Sua Majestade muito extensamente, que é de o caráter da nação sustentar a guerra no sul. Eu estou convencido de que sua Majestade tem empregado todos os sacrifícios, para que a honra nacional de nenhuma sorte pereça (ACD, 09/05/1826, p. 30)

Outro deputado que seguia uma visão semelhante à de Mattos foi Lino Coutinho, da província do Rio de Janeiro. Esse personagem concordava com a fala do imperador ao dizer que a guerra ocorria por causa do governo de Buenos Aires. Por isso, Coutinho sustentava que os membros do Parlamento deveriam mostrar “a nossa mágoa, por ver uma parte do Império inquieta” (ACD, 09/05/1826, p. 30). Nesse primeiro ano de Legislatura, o Parlamento foi favorável ao Império entrar na guerra. Grande parte dos parlamentares foi unânime em ressaltar que o inimigo a ser combatido era o governo de Buenos Aires, considerado, assim, uma ameaça à integridade do território imperial. Dessa forma, ao ter respaldo do Parlamento, o governo brasileiro, como assinala Cervo, conduziu sua política no Prata com toda liberdade, tanto em aspectos operacionais como diplomáticos (CERVO, 1981, p. 33)

Já nas discussões do Senado imperial, no ano de 1826, alguns parlamentares questionaram a guerra. No período inicial da contenda, não se observou, em estudos historiográficos, a visão do Senado

em relação ao conflito cisplatino. Dentre as poucas visões contrárias, destaca-se a do visconde de Inhambupe, Antônio Luís Pereira da Cunha, da província de Pernambuco, que alegava os altos custos gerados pelo conflito. Em suas palavras:

nos tem custado a guerra com Buenos-Ayres, onde há tanto tempo perdemos gente, dinheiro e ainda ignoramos o termo desta malfadada contenda. Note-se mais, senhores, que neste cálculo não atento senão ao numerário, porém nele devem entrar outras considerações, tanto ou ainda mais importantes do que o dinheiro. Sem a feliz conclusão daquele negócio e continuando, por consequência, a guerra, veríamos ainda hoje a nossa sorte flutuante; muitas das províncias desvairadas do seu centro político, umas pela força, outras pela intriga do inimigo; o comércio estagnado (ACD, 30/06/1826, p. 159)

No trecho acima, o visconde menciona os impactos gerados pelo conflito, dentre eles os prejuízos comerciais, a instabilidade política das províncias e as finanças. Somado a essas considerações, o Império enfrentou problemas, sobretudo, na questão do recrutamento. Lucas de Faria Junqueira analisa, por exemplo, a província da Bahia, que sofreu fortes prejuízos econômicos por conta da guerra. O primeiro deles se deu pelo fato de as redes comerciais entre o porto de Salvador e o de Buenos Aires terem diminuído, devido ao bloqueio dos portos do Prata pela esquadra imperial (JUNQUEIRA, 2005, p. 137). O segundo dizia respeito à questão do recrutamento, pois havia dificuldades para reunir grandes contingentes de soldados, além dos casos de deserção.

No caso da província baiana, Junqueira aponta que, no ano de 1826, foram recrutados 867 indivíduos para atuarem nas forças de primeira linha. Destes,

aproximadamente 600 ou pouco mais foram para os campos platinos. O restante desertava, sofria punição por conta de indisciplina, fugas ou apresentava doenças (JUNQUEIRA, 2005, p. 137). A referida província, poucos anos antes, em 1823, tinha acabado de travar uma guerra de independência contra os portugueses e o auxílio em outra guerra aumentaria mais ainda as despesas. Outra província nordestina que enviou uma grande quantidade de indivíduos para o conflito foi a do Ceará.

Houve um recrutamento significativo para a guerra no Prata. Um dos motivos para um número tão elevado era de que as autoridades provinciais cearenses aproveitaram o longo período da seca na província e enviaram os retirantes para lutar nos campos platinos (KRAAY, 1999, p.134). Foram recrutados aproximadamente três mil sujeitos na província do Ceará (LE MOS, 1996, p.132). No entanto, daquela quantidade, morreram 553 indivíduos nas Sumacas, que eram pequenas embarcações (LE MOS, 1996, p.132). Sendo assim, esses aspectos retratavam as duras condições do processo de recrutamento e a ampla distância geográfica das citadas províncias nordestinas até a porção sul do Império, na qual alguns recrutas morriam ao longo da viagem. Não obstante, as dificuldades para o recrutamento refletiam também o desinteresse de tais províncias no conflito platino e a impopularidade da guerra.

Outra província que resistiu ao processo de recrutamento foi a do Rio Grande do Sul, já que sua política fiscal foi significativamente prejudicada. Exemplo disso foi a queda das receitas sul-rio-grandenses por conta do confisco maior do gado, carretas e colheitas para o abastecimento das tropas militares brasileiras. Além disso, cerca de 44% das receitas da província eram destinadas às demandas da guerra, perdas de propriedade e de terras por con-

ta da pilhagem e falta de mão-de-obra nas atividades agrícolas provocadas pela mobilização das milícias por períodos muito longos. Dessa forma, os gastos com a mobilização militar eram provenientes das rendas ordinárias da província, sendo que as receitas tributárias mais expressivas eram as vinculadas ao comércio do couro, dos impostos de exportação e do transporte de animais (MIRANDA, 2007, p. 3)

Logo no início da guerra, houve prejuízos no abastecimento alimentício das vilas e cidades e déficit no comércio de gado, pois muitos rebanhos eram usados para o abastecimento das tropas militares na região de Campanha da província Cisplatina (LUFT, 2013, p. 77). Diversos estancieiros sul-rio-grandenses sentiram-se prejudicados economicamente, tendo em vista que alguns deles possuíam propriedades e negócios comerciais na Banda Oriental. Diante desse cenário, a província de São Pedro foi a que mais sofreu com os impactos do recrutamento para lutar na Cisplatina, já que era a região ponta de lança dos interesses imperiais no Prata (LUFT, 2013, p. 77).

Já entre as Províncias Unidas do Rio da Prata, a mobilização para a guerra contra o Império não foi uma unanimidade política por conta de problemas, muitos deles semelhantes ao do Brasil. Algumas províncias, como, por exemplo, Tucumán, Córdoba, Salta, La Rioja e Jujuy apresentavam altas taxas de deserção (DI MEGLIO, 2015 p.165). Havia ainda a oposição da maioria da população ao recrutamento, dificuldades de abastecimento militar e desinteresse pela guerra por parte de algumas regiões que se encontravam distantes da área dos conflitos.

A opção pela via bélica foi muito mais uma bandeira defendida por Buenos Aires do que pelas outras regiões, já que, na época, quem governava a província era o

grupo político dos unitários, sob a liderança de Bernardino Rivadavia. Essas divergências a respeito da guerra entre as províncias podem ser explicadas pelas fortes identidades políticas locais e regionais que lá se desenvolveram. Tratava-se de regiões com distintos projetos e concepções de soberania, formas de governo e representação (CHIARAMONTE, 2017, p. 88). Logo, essas questões tornavam o jogo político cada vez mais complexo entre as províncias, ainda mais no que diz respeito a uma contenda externa ao país.

Durante o governo rivadaviano, foi criada a Lei das Aduanas, dispositivo que favorecia uma maior arrecadação de impostos das atividades de navegação para a província de Buenos Aires (SHUMWAY, 1991, p. 20). Tal região aproveitava-se de uma certa autonomia, pois, em 1824, iniciou-se um Congresso Geral das Províncias Unidas, com o objetivo de discutir um projeto político que criasse certa estabilidade e organização daquele estado. Durante o Congresso, ficou estabelecido ainda que a província de Buenos Aires passou a ser responsável pelos assuntos das relações exteriores (DI MEGLIO, 2015, p. 168). A partir desse momento, acirrou-se a resistência do Partido Federal ao projeto unitarista que, juntamente com o crescimento da oposição ao conflito contra o Império, foi um aspecto que contribuiu para o desgaste do governo de Bernardino Rivadavia.

O conflito cisplatino foi travado entre dois governos que buscavam a centralização do governo. Rivadavia buscava legitimar as decisões políticas na província de Buenos Aires, junto às elites portenhas. Do lado imperial, D. Pedro I procurava construir a imagem de um Império unificado e pronto contra qualquer ameaça externa à soberania política. A construção desses estados passava obrigatoriamente

pela anexação e jurisdição da província Cisplatina (PIMENTA, 2006, p. 206). O estado de tensão entre os dois países tinha como principal reflexo a produção de novas instabilidades políticas internas (PIMENTA, 2006, p. 208).

Por exemplo, no caso das províncias platinas, cada uma delas apresentava diferentes projetos políticos distintos, o que poderia incluir diversas interpretações sobre a soberania da Banda Oriental. Não menos importante, não se pode esquecer também os projetos políticos existentes também na província Cisplatina. Desenvolveram-se fortes identidades locais e regionais naquela região, acirrando-se assim cada vez mais as tensões militares. Diante dessa conjuntura, a luta em torno da citada província ocorreu num período de fluidez das expressões de identidades políticas no Prata (PIMENTA, 2006, p. 232).

Observa-se que a mobilização para a guerra afetou dois Estados com dinâmicas políticas diferentes. De um lado, o Império do Brasil, em um regime monárquico, buscava a preservação e a integridade do território cisplatino, bem como a manutenção dos interesses comerciais. Também contava com um Imperador e uma elite política imperial que repudiava a ideia de república, devido às instabilidades políticas nos governos vizinhos. Dessa forma, era necessário conservar a Cisplatina, diante das ameaças republicanas do governo de Buenos Aires, pois era um conflito que visava, principalmente, à consolidação da soberania do novo Estado Imperial no Prata. Já do outro lado, as Províncias Unidas, em uma experiência política republicana, distante de atingir o estabelecimento de um Estado nacional coeso, mas que, sobretudo por parte das elites portenhas, enxergavam a Banda Oriental como uma província fundamental na constituição de seu

projeto centralista e no desenvolvimento das políticas de navegação.

A principal temática que norteou grande parte da documentação durante a guerra foi voltada para o aprisionamento das embarcações da província de Buenos Aires. Tal medida, empreendida pelo governo brasileiro, representou uma retaliação às agressões comandadas pelas elites portenhas, como o estímulo às sublevações na província Cisplatina, lideradas pelos rebeldes orientais. Desde o início do conflito, a recomendação da diplomacia imperial era a de manter a rigidez do bloqueio naval, assim como ter um controle maior sobre quaisquer embarcações que fossem provenientes das Províncias Unidas do Rio da Prata (AHI 244/01/06, 22/02/1826)

O bloqueio diminuiu não só o acesso das embarcações comerciais ao porto de Buenos Aires, como também neutralizou o fornecimento bélico para as forças militares republicanas, o abastecimento para as cidades das províncias platinas e impediu a saída de corsários que tentassem prejudicar as atividades comerciais na costa brasileira (MARTINS; BOITEUX, 2002). Nessa época, muitos dos corsários funcionavam como fontes de abastecimentos para as embarcações portenhas que se encontravam presas pela esquadra imperial (MARTINS, BOITEUX, 2000, p. 69). A mencionada restrição aplicava-se também às embarcações estrangeiras que desrespeitassem a ação naval brasileira. Dentre algumas regras estabelecidas no bloqueio, mencionam-se algumas delas abaixo:

1º Todos os portos e costas da República de Buenos Aires, bem como os que na margem ocidental estiverem ocupados pelas forças de Buenos Aires, ficam, desde hoje, sujeitos ao mais rigoroso bloqueio.

2º Os navios das Potências Neutras, que se acharem nos Portos da República, podem sair no prazo de 14 dias depois de cujo tempo só poderão sair em lastro, se não conduzirem pessoas suspeitas, pelo que ficam sujeitos ao registro ordenado pelo Comandante da Esquadra Imperial (MARTINS; BOITEUX, 2002, p. 238)

Por conta dessa rígida política, alguns governos estrangeiros começaram a questionar as ações do governo brasileiro, podendo-se destacar a Inglaterra, que desenvolvia um forte comércio abrangente na região platina, atividade profundamente afetada pelas ações da marinha imperial. Foram aprisionadas, pela Esquadra Imperial, vinte e cinco embarcações que tinham como destino os portos de Buenos Aires, Montevidéu e Maldonado (PEREIRA, 2007, p. 167).

Os britânicos apresentavam um alto volume comercial, especialmente os bergantins, embarcações típicas de longas distâncias e de grande porte, que transportavam os principais produtos: carvão, vinho, diamantes e pólvora. Pereira afirma que, possivelmente, alguns navios de comerciantes ingleses carregavam armas ou pólvoras para Buenos Aires a fim de reforçar os combates travados contra a esquadra brasileira (PEREIRA, 2007, p. 164).

A partir desses dados apontados por Pereira, pode-se observar que o bloqueio militar imperial prejudicou, significativamente, os tráfegos comerciais ingleses em direção aos portos do Prata, bem como reduziu a exportação de seus produtos. O bloqueio naval imperial promoveu graves perdas ao comércio dos portenhos e britânicos, sendo até um dos motivos do governo inglês, em 1827, procurar as representações diplomáticas de Buenos Aires e Brasil para tratar de um possível desfecho do conflito (RICUPERO, 2017, p. 138).

Ao tratar do bloqueio realizado pela esquadra brasileira, iniciado em 1826, um aspecto que precisa ser mencionado é que a diplomacia brasileira esperava que a Inglaterra adotasse uma linha política de neutralidade diante da ação militar imperial. Segundo Marcelo Rodrigues de Oliveira, tal aspecto pode ser explicado por conta da seguinte conjuntura: no mesmo ano, o governo brasileiro comprometeu-se em combater o tráfico de escravos e o sistema escravista a partir da assinatura da Convenção Anglo-brasileira (OLIVEIRA, 2017, p. 55).

Assumindo esse compromisso, o governo britânico garantiu que não iria interferir no bloqueio brasileiro (OLIVEIRA, 2017, p. 55). Porém, mesmo com a Convenção assinada entre os dois governos, o governo inglês, um ano depois, em 1827, percebeu que o Império não estava cumprindo as determinações do referido acordo, pois o tráfico de cativos continuava por parte dos comerciantes brasileiros.

O bloqueio naval empreendido pelo Império apresentou também algumas falhas. Por exemplo, o governo imperial não conseguiu consolidar uma ação militar mais presente tal como ocorreu no início da contenda porque enfrentava instabilidades políticas internas (RIGOLA, 2023, p. 109). Como foi dito, a guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata não foi unanimidade entre os parlamentares e foi algo muito mais buscado por D. Pedro I. As reclamações sobre o bloqueio por parte dos comerciantes de outros países e de até mesmo de brasileiros foram aspectos que impactaram também no andamento do bloqueio naval (RIGOLA, 2023, p. 150).

Outro país também que adotou uma linha política de neutralidade frente à guerra entre o Império e Buenos Aires foi os EUA. No entanto, por conta da apreensão dos navios de comerciantes norte-ameri-

canos pela esquadra imperial, o governo estadunidense protestava à diplomacia brasileira que encerrasse tal ação militar (DA CRUZ, 2015, p.117). Comerciantes norte-americanos buscaram desrespeitar as normas do bloqueio e auxiliara as forças militares portenhas como forma de protesto ao governo imperial (DA CRUZ, 2015, p.117). Frente a essa situação, o governo norte-americano acusava a Marinha brasileira de infringir os direitos de embarcações estadunidenses a trafegar livremente pelo mar e comercializar com Buenos Aires (DA CRUZ, 2015, p.117).

Diante dessas circunstâncias, os britânicos começaram a exigir o fim do bloqueio marítimo bem como os comerciantes oriundos de outros países que questionavam a realização de tal ato, dentre eles franceses, norte-americanos e portugueses (PEREIRA, 2007, p.175). Frente a essas circunstâncias, o ambiente nos portos do Prata era de protestos das nações neutras e desrespeito ao bloqueio imperial. Em ofício do marechal Francisco de Paula Maggesi, o futuro primeiro barão de Vila Bela, presidente da província Cisplatina, a Antônio Luiz Pereira da Cunha, o futuro marquês de Inhambupe, Secretário dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil, Magessi afirmava que as regiões de Buenos Aires e Montevideú estavam em um “estado de desgraça” (AHI 244/01/06, 21/04/1826)². Por essa razão e desconsiderando os protestos internacionais, Inhambupe recomendou a continuidade do bloqueio:

Subindo à presença de sua Majestade O Imperador, das representações dos ministros das nações estrangeiras residentes nesta corte, contra a apreensão de embarcações de suas respectivas nações, feita pela esquadra do comando de vossa excelência por navegarmos com passaportes para os portos bloqueados, querendo

do o mesmo augusto senhor evitar contestações, como a que presentemente se excitou com a apreensão do Bergantim Ruth, que até hoje fora feito em alto mar, tem resolvido que só se apreendam aquelas embarcações neutras que manifestamente se conhecer que pretendem infringir o bloqueio (AHI 244/01/06, 29/12/1826)

Diante dessa situação, os comandantes militares de diversas forças estrangeiras, dentre elas Inglaterra, França, Buenos Aires e EUA, começaram a romper as barreiras estipuladas pela esquadra naval brasileira, liderada por Rodrigo José Ferreira Lobo, o barão do Rio da Prata.³ Esse militar brasileiro foi considerado um dos grandes responsáveis pela ineficácia do bloqueio, pois não tinha a iniciativa necessária para mantê-lo (PEREIRA, 2007, p. 161). Conforme ressaltam Hélio Martins e Lucas Boiteux, a Marinha Brasileira, para além do bloqueio naval, deveria procurar cortar quaisquer comunicações de embarcações, principalmente aquelas pertencentes à Marinha Mercante de Buenos Aires (MARTINS, BOITEUX, 2002, p. 81). Por outro lado, essa era uma difícil missão, visto que a costa do Prata era ampla e sujeita ao desenvolvimento das atividades do curso nos locais onde não havia uma presença efetiva da esquadra brasileira.

O que se pode assinalar é que a diplomacia imperial acreditava ainda na continuidade de um bloqueio naval, mal planejado e que começava a sofrer violações por parte dos países neutros, dentre eles, os EUA e a Inglaterra. Esta última por sua vez, principal país que apresentava um forte volume comercial no Prata, começou a pressionar não só governo imperial como também o portenho para que realizasse esforços de negociações para o final da guerra.

Para além da ineficácia do bloqueio naval brasileiro, o fraco desempenho das

forças militares terrestres em serviço na Província Oriental comprometia a defesa daquela região. Menciona-se, por exemplo, a principal derrota sofrida pelo exército brasileiro, ocorrida em Paso del Rosario ou Ituzaingó, em 20 de fevereiro de 1827.⁴ Vale lembrar que as forças republicanas, antes de tal confronto na região do Rosário, haviam ocupado as regiões de Bagé e São Gabriel, no sul da província do Rio Grande do Sul (LUFT, 2015, p.231). Diante dessas circunstâncias, a perspectiva das forças militares brasileiras era de um cenário desvantajoso, além dos problemas de deserção e recrutamento.

Do lado das Províncias Unidas, por mais que o seu exército tenha conseguido uma importante vitória em Passo do Rosário, apresentava problemas, como os casos de deserção e poucos recursos militares. Havia também problemas no abastecimento de cavalos e munições, além do fato de os dirigentes de algumas províncias, como Entre Ríos e Corrientes, se recusarem em continuar o serviço de recrutamento devido ao crescimento do desgaste proporcionado pela guerra (DI MEGLIO, 2015, p. 170). Mesmo após a vitória em Ituzaingó, a província de Buenos Aires sinalizava uma maior demanda de recrutamento, postura que não era muito compartilhada pelas demais províncias.

Di Meglio ressalta que, se antes, algumas províncias apresentavam, junto ao governo de Buenos Aires, uma postura belicista, favorável ao conflito, eles passaram a ser contrários à continuidade da guerra, haja vista as duras condições de sustentar o conflito contra o Império do Brasil (DI MEGLIO, 2015, p. 170). Nota-se, então, o desgaste das forças militares republicanas, assim como as limitações das províncias no serviço de recrutamento militar, problemas semelhantes aos das forças imperiais.

Tendo em vista não só o fracasso do bloqueio naval, como também o mau desempenho das forças militares imperiais, como o citado caso em Ituzaingó, a guerra começou a despertar divergências políticas internas no Brasil. Se, em um primeiro momento, houve certa unanimidade do Parlamento Brasileiro favorável ao conflito, alguns parlamentares passaram a criticar a continuidade do conflito cisplatino. Essas primeiras observações foram identificadas nas sessões parlamentares, em maio de 1827. O motivo para o início das divergências se deu, principalmente, com o discurso do Imperador, D. Pedro I, na *Fala do Trono*, que abria as sessões da Câmara dos Deputados e do Senado.

A parte inicial do pronunciamento do imperador brasileiro foi referente ao conflito cisplatino, em que o monarca defendia a continuidade da guerra. Em suas palavras, a guerra “continua e continuará enquanto a província Cisplatina, que é nossa, não estiver livre de tais invasores, e Buenos Aires não reconhecer a independência brasileira.” (ACD 03/05/1827, p.13). Mais adiante, D. Pedro I ressalta que falava de tal maneira por contar com a coadjuvação da Assembleia Parlamentar, ou seja, esperava que os parlamentares apoiassem a decisão do imperador. Alguns deles criticaram a postura do governo brasileiro no que diz respeito à sustentação da guerra. Menciona-se, por exemplo, o deputado e padre José Custódio Dias, da província de Minas Gerais. De acordo com o parlamentar:

Derrama-se o sangue brasileiro, um terrível recrutamento se está fazendo, um déficit espantoso que já existe, cresce de dia a dia, nós estamos com uma dívida enorme, estão se fazendo sem cessar grandes empréstimos no banco, e torno a dizer, o sangue brasileiro está se derramando.... E temos de esperar em completa inação

pelas propostas do governo para saber da justiça ou não justiça desta guerra. (...) O tempo vai passando e não cessa de correr o sangue brasileiro!! (ACD 11/05/1827, p.61)

O comentário acima, proferido por Dias, foi uma resposta aos discursos dos deputados Lúcio Soares Teixeira de Gouvêa e de José Lino Coutinho, respectivamente, das províncias de Minas Gerais e da Bahia. O primeiro, que afirmava que “na discussão sobre justiça, a conveniência da guerra neste lugar é prematura” e que “também não é tempo ainda de entrarmos no exame se a guerra tem sido bem ou mal dirigida” (ACD, Sessão de 11/05/1827, p.60). Já o segundo disse que, por mais que o Império brasileiro tenha sofrido grandes revezes por mar e por terra, além de aniquilação do comércio, “a Câmara não deveria emitir um parecer sobre a justiça ou injustiça na guerra” (ACD, Sessão de 11/05/1827, p.61)

Observa-se que, na concepção do parlamentar Custódio Dias, o Parlamento Brasileiro deveria se envolver mais nas questões referentes ao conflito cisplatino e, de alguma forma, propor medidas para o fim da contenda, haja vista os prejuízos econômicos e o recrutamento. Ao final de seu discurso, o deputado da província mineira fez um questionamento aos seus colegas parlamentares, através de uma situação em que se ateasse fogo no edifício da Câmara dos Deputados: “se discutam e averiguem os nossos direitos e os motivos do incêndio, para depois cuidar-se em extinguir a chama, quando talvez tudo esteja reduzido a cinzas?” (ACD, Sessão de 11/05/1827, p. 61). Com esse exemplo, Dias esperava que o parlamento buscasse soluções para atenuar os efeitos da guerra para o Império brasileiro.

Em resposta ao discurso de Custódio Dias e em defesa dos parlamentares Gou-

vêa e Coutinho, o deputado Raimundo José Cunha Mattos, da província de Goiás que, como foi visto nas páginas anteriores, foi favorável à guerra contra o governo de Buenos Aires, permaneceu em seu posicionamento. De acordo com Mattos, por mais que as finanças estivessem em uma grande desordem, o governo brasileiro não poderia ser insensível a essas dificuldades (ACD, 11/05/1827, p. 61). Nota-se que, mesmo nessas condições, Cunha Mattos acreditava que o Império brasileiro ganharia a guerra, mostrando, assim, que a Câmara dos Deputados não estava “aterrada”, mas sim apoiando as decisões do monarca imperial (ACD, 11/05/1827, p. 61)

Em linha semelhante, José Clemente Pereira, deputado pela província do Rio de Janeiro, enfatizava que “nós [Câmara dos Deputados] não podemos negar ao governo os auxílios de que precisa para a continuação da guerra no estado atual em que as coisas se acham” (ACD, 11/05/1827, p. 65). O parlamentar afirmava ainda que o governo brasileiro não deveria fazer uma “paz vergonhosa” com os inimigos, no caso, o governo de Buenos Aires (ACD, 11/05/1827, p. 65). José Clemente Pereira era um dos principais nomes do grupo áulico e próximo ao monarca D. Pedro I.

Já em uma linha diferente, parecida com a do padre Custódio Dias, Luiz Cavalcanti, da província do Rio de Janeiro, alertava que a situação brasileira na guerra não ia bem e questionou se a Câmara dos Deputados deveria coadjuvar com o Poder Executivo, apelo feito pelo Imperador no discurso da *Fala do Trono*:

Não duvido que tenhamos começado esta guerra com justiça, mas o resultado tem feito mudar as circunstâncias. Os negócios da guerra vão mal, e talvez já não possam acabar bem. Se a Câmara prometer a sua coadjuvação, daqui a pouco virá o

governo fazer proposta pedindo a sustentação da guerra, fundado em que a Câmara tem prometido essa coadjuvação (ACD, 11/05/1827, p. 64)

Novamente, o deputado Raimundo Cunha Mattos, em seus discursos patrióticos e de engrandecimento do Império do Brasil, criticou a opinião do parlamentar Luiz Cavalcante ao dizer que “como isto se possa avançar nesta augusta câmara”. Mattos ainda afirmava que, se fosse preciso, “milhares de soldados hão de vir de todas as províncias para defender as terras, as praças, os portos do Império que forem atacados.” (ACD, 11/05/1827, p. 64). O posicionamento de Cunha Mattos a respeito da necessidade de continuidade do conflito pode ser explicado, possivelmente, por sua formação militar. Por mais que as condições militares não favorecessem ao Império, o parlamentar continuava enxergando na via bélica uma eventual vitória brasileira. Todavia, o deputado Cavalcante estava certo em sua explanação. Os negócios não iam nada bem no conflito cisplatino. Prova disso, foi a derrota brasileira em Ituzaingó.

A partir das exposições anteriores, pode-se observar que a continuidade da guerra era um tema que dividia opiniões entre os parlamentares na Câmara dos Deputados. José Lino Coutinho, Raimundo José Cunha Mattos, José Custódio Dias e Luiz Cavalcanti eram pertencentes ao grupo político dos Liberais Moderados. Já Lúcio Soares Teixeira de Gouvêa e José Clemente Pereira faziam parte do grupo Áulico (MARQUES JÚNIOR, 2018, p. 152 e 202).

O fato de serem pertencentes a uma mesma facção política não significava que pensassem de maneira igual. Prova disso, são as visões distintas de José Lino Coutinho e do padre José Custódio Dias, e deste último em relação aos áulicos Teixeira de Gouvêa e Clemente Pereira, que

apresentavam um pensamento semelhante ao dos Liberais Moderados citados acima. Com isso, pode-se constatar que os debates parlamentares transcendiam as dimensões políticas dos grupos políticos existentes durante o Primeiro Reinado.

Nesse período, não havia ainda grupos políticos organizados a partir de ideias ou ideologias, as identidades políticas locais ou regionais estavam em disputa e em construção. Tratava-se de um jogo de alianças políticas entre os diferentes atores sociais bem como os blocos de poder que estavam sendo constituídos e rearranjados a todo momento (MOREL, 2016, p. 90). Além disso, os grupos políticos se formaram em meio a um complexo jogo de diferentes interesses, refletindo assim novas formas de ação política e buscavam sobretudo uma maior representatividade nas instituições de governo, seja nos ministérios seja no Parlamento (BASILE, 2009, p. 60).

Alguns parlamentares, como os já mencionados, apresentavam um posicionamento sobre a continuidade do conflito. Outros, porém, não tinham ainda uma opinião formada a respeito da contenda no Prata. Aqueles que apresentavam uma opinião definida exigiam uma maior clareza sobre aqueles que não tinham entendimento sobre as dimensões do conflito (PEREIRA, 2007, p.181). O cenário político da guerra era marcado pelo desgaste militar por parte dos dois governos. Por volta de meados de 1827, no entanto, as negociações de paz começavam a ser realizadas, criando assim horizontes de uma possível paz.

Na Câmara e no Senado, as discussões em torno da Cisplatina se davam sobre eventuais possibilidades de se criarem leis a fim de aumentar o orçamento das forças militares brasileiras no conflito. A referida proposta dividiu opiniões

entre os personagens políticos. Por exemplo, Francisco Carneiro Campos, senador pela província da Bahia, era favorável de que o Senado, em conjunto com a Câmara dos Deputados, pensasse em ampliar as receitas com as despesas de guerra. Em suas palavras, “todas as nações têm dívidas, todas as nações têm déficit.” (AS, 22/05/1827, p. 274). O comentário proferido por Campos pode ser explicado pelo fato de que ele citou Inglaterra e EUA como países “modelos” a serem seguidos pelo governo brasileiro, que contraíam altas dívidas de guerra, mas conseguiam sempre meios de pagar os empréstimos.

Dessa maneira, na opinião do senador baiano, se tais nações “civilizadas” tinham dívidas, o Império teria o direito de passar por semelhante caminho. Segundo Carneiro Campos, a dívida externa brasileira, na época, em 1827, chegava a “trinta e um mil e tantos contos” (AS, 22/05/1827, p. 274). Essas comparações dos parlamentares com os países europeus eram bastante recorrentes, não só no Senado como também na Câmara dos Deputados. Tal fato mostra que os políticos brasileiros buscavam seguir padrões políticos semelhantes aos governos europeus, além de maneiras de votação próximas dos parlamentos francês, inglês e dos EUA. Em linhas gerais, Francisco Carneiro Campos era favorável à continuidade da guerra contra Buenos Aires.

De maneira semelhante, Antônio Luís Pereira da Cunha, o marquês de Inhambupe, da província de Pernambuco, defendia também a criação de um orçamento que ampliasse as despesas com o conflito cisplatino. Na perspectiva do citado parlamentar brasileiro:

Estamos empenhados em uma guerra, que é de honra e interesse nacional, de podermos conquistar uma paz honrosa. Como o Poder Execu-

tivo é responsável, devem-se lhe dar todos os meios que ele julgar necessários; pois que, faltando-se lhe com esses meios, a sua responsabilidade desaparece (AS, 14/09/1827, p.13-14)

A opinião expressa acima pelo referido notável mudou ao longo dos anos. O marquês de Inhambupe, em 1826, era um dos críticos ao fato de o governo brasileiro terem maiores despesas no conflito cisplatino. Na opinião de Antônio Luiz Pereira da Cunha, tratava-se de uma “mal-fadada contenda” (AS, 30/06/1826, p.159). Naquela conjuntura, o Império recorreu aos empréstimos ingleses a fim de obter o reconhecimento de sua independência pelo governo português. Já em 1827, o discurso de Inhambupe era diferente, ressaltando a necessidade de o parlamento brasileiro aprovar leis que ampliassem as despesas das forças militares. No entanto, o discurso de Inhambupe é evidenciado por uma eventual tentativa de “paz honrosa”, já que, no mesmo ano, em 1827, embora estivesse em um estágio embrionário, impreciso e indefinido, as negociações de paz entre o Império do Brasil e Buenos Aires haviam sido iniciadas.

Em uma das sessões parlamentares, o deputado Miguel Calmon du Pin e Almeida, o futuro marquês de Abrantes, da província da Bahia, e, na época, também Ministro da Fazenda, afirmava que a “opinião pública se tem pronunciado contra a guerra” (ACD, 11/05/1827, p. 68). O referido parlamentar, da facção áulica, futuro marquês de Abrantes, era um dos favoráveis à continuidade da guerra contra as Províncias Unidas.⁵ O deputado baiano enfatizava que a Câmara dos Deputados não deveria se iludir com a opinião pública que dizia que a guerra era impopular (ACD, 11/05/1827, p. 68). Nota-se, então, que, mesmo numa situação de fragilidade militar, o citado parlamentar da província da Bahia acreditava

ainda que Império triunfaria sob as Províncias Unidas do Rio da Prata.

Os parlamentares recebiam notícias do conflito não apenas pelos documentos diplomáticos ou por outras fontes do governo, mas sobretudo pelos periódicos. A imprensa teve um papel muito intenso durante os anos da guerra não somente por transmitir ideias, mas principalmente por apresentar diferentes interpretações acerca da contenda. O embate dos periódicos dentro das lutas políticas do período materializava aspectos presentes no cenário político platino bem até antes da guerra (PIMENTA, 2006, p. 226). Não é foco realizar um estudo aprofundado sobre todos os jornais que atuaram durante a guerra.

Porém, cabe ressaltar que eles refletiam também as múltiplas identidades presentes na região platina. Por exemplo, alguns jornais que circulavam na capital portenha defendiam o ideal da República e, por isso, acreditavam que a Cisplatina teria melhores rumos caso fosse incorporada ao território das Províncias Unidas. Já na capital imperial, Rio de Janeiro, alguns jornais afirmavam que o sistema republicano era sinônimo de anarquia por conta das lutas políticas internas que ocorriam entre as províncias. Logo, a província Cisplatina deveria ser anexada ao Império brasileiro (PIMENTA, 2006, p. 226-227).

O cenário político na província Oriental era marcado também pela presença de periódicos que defendiam discursos de pacificação da província Cisplatina e que retratavam as hostilidades entre as forças militares imperiais e das Províncias Unidas do Rio da Prata. Assuntos como a construção de uma unidade política oriental, soberania e pacificação foram objetos de discussão e de disputa de narrativas pelos periódicos que circulavam na província Oriental (WINTER, 2014, p. 185).

Ideias referentes à autonomia ou in-

dependência eram debatidas na imprensa e faziam parte da construção de uma orientalidade, fortalecendo as identidades locais e o estímulo à politização entre os povos da província Cisplatina (WINTER, 2014, p. 226). Essas discussões preocupavam os parlamentares brasileiros haja vista que o ideal de independência da província Cisplatina era alimentado nos periódicos, acirrando também as tensões políticas e militares.

Aliado a esses elementos, alguns parlamentares brasileiros criticavam a postura do governo brasileiro em continuar a guerra contra Buenos Aires, mesmo diante dos elevados gastos bélicos. Segundo o deputado José Lino dos Santos Coutinho, da província da Bahia, “a impopularidade não era somente contra a guerra”, mas também “contra a administração e direção do governo” (ACD, 18/05/1827, p. 123). O parlamentar ressaltava ainda que, caso a guerra “tivesse sido bem dirigida, em pouco tempo talvez estivesse concluída com vantagem para o Brasil” (ACD, 18/05/1827, p. 123). Numa opinião semelhante, o deputado Cunha Mattos afirmava que o Império brasileiro, diante dos prejuízos militares e da má condução do governo, encontrava-se na guerra “perdido em um labirinto” (ACD, 12/07/1828, p. 102). Mesmo diante do início das negociações de paz que iniciaram em meados de 1827, os parlamentares brasileiros questionavam até mesmo a condução das resoluções finais do conflito. Tal aspecto pode ser justificado pela atuação e total desorganização do governo imperial nos quase três anos de contenda. De acordo com Cunha Mattos

Que males nos tem trazido esta guerra! Guerra desastrosa, guerra feita sem cálculo, sem meditação alguma, guerra que supunha acabada no mesmo dia(...) o inimigo tem causa-

do grandes males ao Brasil, tem-se apresentado com uma coragem não esperada, quando nós poderíamos sair gloriosamente desta luta em que nos metemos, se a prudência marchasse a par dos imensos recursos que possuímos (ACD, 12/07/1828)

Segundo Daniel Coronato, a falta de uma estrutura política e centralizada não só no Império do Brasil como também no governo das Províncias Unidas afetou na dificuldade de negociações diplomáticas para o final da guerra (CORONATO, 2023, p. 29). Tratava-se de Estados ainda em formação, marcados pela ineficácia de proteção contra ameaças externa e interna (CORONATO, 2023, p. 29). Os dois governos, distantes de atingir uma ordem política, enxergaram na guerra uma forma de consolidarem sua soberania na região platina. A pressão pelo fim da guerra, principalmente, por parte da Inglaterra, e os elevados gastos bélicos dos dois países pesaram para o estabelecimento de um tratado de paz.

CONCLUSÃO

Ao trazer para o debate a opinião de alguns deputados e senadores, deve-se ressaltar que o Parlamento, que se encontrava fechado antes de 1825, passava agora a se tornar um espaço de discussão sobre a política externa brasileira para o Prata. Tanto deputados como senadores discutiam o tema, considerando tanto como a guerra afetava diretamente as regiões por ele representadas, no caso, no serviço de recrutamento, e o orçamento do Império. Portanto, pode-se afirmar que a temática de política exterior era sim debatida no Parlamento, que vocaliza pressões políticas sobre o modo de o governo brasileiro atuar na contenda cisplatina. Apesar de a Constituição de 1824 atribuir exclusivamente ao monarca as decisões de política

externa e o Conselho de Estado ser local de discussão, havia uma influência e pressão que vinha do poder Legislativo.

As divergências pelas quais apresentavam os parlamentares refletiam não só as tensões provocadas pelo conflito cisplatino como também os desafios que o Estado imperial atravessava. Afinal, a região platina era um aspecto chave da política exterior do Império brasileiro. Para além das questões do bloqueio naval, orçamento militar, recrutamento e navegação, o Parlamento brasileiro, em suas discussões, tinha como objetivo também orientar a condução do Ministério dos Negócios Estrangeiros em suas negociações e recomendações da Secretaria de Estado. Tratava-se de uma primeira guerra externa que o governo brasileiro enfrentava. Dessa forma, os debates nas Câmaras dos Deputados e dos Senadores funcionaram como um espaço do processo decisório da diplomacia brasileira, ou seja, na construção de estratégias diplomáticas e de um auxílio ao serviço diplomático imperial.

Embora o desfecho do conflito se desse a partir das deliberações do Conselho de Estado, principalmente, a partir do início de 1828, o Parlamento imperial, nos primeiros dois anos de contenda, assumiu um papel de mostrar os perigos da continuidade de uma guerra impopular e de discutir os seus principais desafios. Num primeiro momento, a perspectiva patriótica de uma guerra, ou seja, de que o inimigo portenho deveria ser combatido a qualquer custo, esteve presente nos discursos parlamentares. No entanto, à medida que os anos de guerra avançavam bem como as dificuldades militares, os parlamentares passaram a variar em seus discursos. Por exemplo, a proposta de uma “paz honrosa”, como se viu, foi apontada por um dos parlamentares, mostrando assim, que a permanência do conflito estava longe de beneficiar o

governo imperial. Tanto é que por volta de 1827, as negociações de paz começaram,

de maneira gradativa, a serem discutidas pelos governos beligerantes.

REFERÊNCIAS

FONTES

Anais do Parlamento Brasileiro (ACD/1826-1873)

Anais do Império (AS/1823-1859)

Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI 244/01/06)

BIBLIOGRAFIA

BASILE, Marcello. O laboratório da nação. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial (1831-1889)*. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.

CERVO, Amado Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores: 1826- 1889*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CHIARAMONTE, José Carlos. Províncias ou Estados? As origens do Federalismo Platino, *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS*, Porto Alegre, nº1, vol. 17, 2017, p.73-114.

CORONATO, Daniel. *A Convenção Preliminar de Paz de 1828 e a formação do sistema internacional platino*, Campos Neutrais- Revista Latino-Americana de Relações Internacionais, Rio Grande, v. 5, nº 2, maio- agosto de 2023, p.27-39.

DI MEGLIO, Gabriel. Guerra de Ladrones. Argentina contra Brasil, 1825-1828. In: DI MEGLIO, Gabriel. *Guerras de la historia argentina*. Buenos Aires: Ariel, 2015.

DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*. 2º ed. Brasília: FUNAG, 2014.

JUNQUEIRA, Lucas de Faria. *A Bahia e o Prata no Primeiro Reinado: comércio, recrutamento e Guerra Cisplatina (1822-1831)*. 2005. 195f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, e Ciências, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.

KRAAY, Hendrik. Repensando o Recrutamento no Brasil Imperial, *Diálogos*, Maringá, v.3, nº 1, 1999, p. 113-151.

LE MOS, Juvêncio Saldanha. *Os Mercenários do Imperador: a primeira corrente migratória alemã no Brasil (1824-1830)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

LUFT, Marcos Vinícios. *“Essa guerra desgraçada”: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828)*. 2013. 238f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

MARTINS, Hélio; BOITEUX, Lucas Alexandre. *Campanha naval na Cisplatina*. In: História Naval Brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, Terceiro Volume, Tomo I, 2002.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial*, *Topoi*, Rio de Janeiro, nº12, jan-jun. 2006.

MARQUES JÚNIOR, Nelson Ferreira. *O despertar do império independente: áulicos e a formação de um projeto de Brasil na Corte fluminense (1822-1831)*. 2018. 234f. Tese (Doutorado em História) defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR/UFRRJ). Seropédica-RJ, 2018.

MIRANDA, Márcia Eckert. *Fiscalidade e Guerra: o Rio Grande do Sul e o Brasil na Guerra da Cisplatina*. In: *Anais do IX Encontro Estadual de História- Rio Grande do Sul*, 2008, p. 1-12.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: Imprensa, Atores políticos e Sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Marcelo Rodrigues de. *Divisão Naval da Costa D´Leste: A Expansão da Guerra Cisplatina para o Litoral Africano (1825-1830)*. 2017. 159f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, Rio de Janeiro, 2017.

OLIVEIRA, Marina Garcia. *Muitos barões para poucos marqueses: a política e as práticas de nobilitação no Segundo Reinado (1840-1889)*. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

PEREIRA, Aline Pinto. *Domínios e Império: o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado do Brasil*. 2007. 269f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

PIMENTA, João Paulo. *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

RIGOLA, Vagner da Rosa. *O curso marítimo na guerra da Cisplatina (1825-1828)*. Mestrado em História Marítima, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2023.

SHUMWAY, Nicolas. *A Invenção da Argentina*. São Paulo: EDUSP/Editora UnB, 1991.

WINTER, Murillo Dias. *“Un periódico que no hable de política al presente, es lo mismo*

que un fusil sin cañon”: imprensa periódica e a construção da identidade oriental (Província Cisplatina – 1821-1828). Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, 2014.

NOTAS

¹ Vale lembrar que o Imperador D. Pedro I dissolveu o Parlamento em 12 de novembro de 1823, ficando suspenso até 1826. O monarca imperial, nesse período, governou o Brasil a partir do apoio do Conselho de Estado.

² Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho (1769-1847) nasceu no Castello de Vide, Portugal. Exerceu carreira militar pela antiga administração portuguesa, chegando ao posto de Capitão-general. Além disso, foi presidente das capitanias de Mato Grosso e, no período imperial, presidente da província Cisplatina. Recebeu de D. Pedro I o título de barão de Vila Bela, em outubro de 1826, por seus serviços militares prestados durante a Guerra da Cisplatina (1825-1828). Magessi, em 1825, foi nomeado Comandante do Exército do Sul e da praça de Montevidéu, na luta contra as forças republicanas das Províncias Unidas do Rio da Prata. Disponível em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or375242/or375242.pdf, p. 536 - Acesso em 21 de abril de 2023.

Antônio Luiz Pereira da Cunha (1760-1837) recebeu o título de Visconde de Inhambupe, em 1825, pelo monarca D. Pedro I. Um ano depois, o de marquês. Este personagem nasceu em Salvador, Bahia. Formado em Direito pela Universidade Coimbra, cursou também Direito, Matemática e Filosofia. Na administração portuguesa, desempenhou alguns cargos, dentre eles, Ouvidor em Pernambuco, Desembargador na capitania da Bahia, Conselheiro da Fazenda e Intendente Geral de Polícia do Rio de Janeiro. Na administração brasileira, exerceu os cargos de deputado (1823) e senador pela província Pernambuco (1826), conselheiro de Estado (1823) e Ministro da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros (1825). Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/ultimas-noticias/746-antonio-luiz-pereira-da-cunha-marques-de-inhambupe> - Acesso em: 21 de abril de 2023.

³ Rodrigo Pinto Guedes recebeu, em outubro de 1846, o título de barão do Rio da Prata com grandeza, pelos seus serviços prestados durante o conflito cisplatino como Comandante da Esquadra imperial na região do Rio da Prata. In: OLIVEIRA, Marina Garcia. *Muitos barões para poucos marqueses: a política e as práticas de nobilitação no Segundo Reinado (1840-1889)*. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018, p. 39.

⁴ Ituaingó é o nome platino para se referir à região do Passo do Rosário.

⁵ Miguel Calmon du Pin e Almeida, em junho de 1841, foi agraciado com o título nobiliárquico de visconde de Abrantes. Já em dezembro de 1854, recebeu o título de marquês. In: OLIVEIRA, Marina Garcia. *Muitos barões para poucos marqueses: a política e as práticas de nobilitação no Segundo Reinado (1840-1889)*. 2018. 393f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018, p. 29 e p.95.